Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Deliberação CT_EA PCJ nº 001/04, de 09/09/2004.

Aprova a Política de Educação Ambiental da Câmara Técnica de Educação Ambiental para os Comitês PCJ.

A Câmara Técnica de Educação Ambiental dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, criada e instalada segundo a **Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 002/03, de 22/05/2003**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que, a Política Nacional de Recursos Hídricos instituiu que a Bacia Hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política de Educação Ambiental, por meio dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

Considerando que historicamente, a deterioração das bacias hidrográficas e da qualidade de vida da população é resultado de processo de extração/uso/consumo de recursos ambientais, sua conseqüente geração de resíduos e relações socioeconômicas desiguais;

Considerando que a Educação Ambiental constitui-se em eficaz processo na formação de cidadãos responsáveis pela construção e manutenção de justas e equilibradas relações sócio-ambientais;

Considerando que o processo de Gestão de Recursos Hídricos necessita da Educação Ambiental para a sua real efetivação integrando os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais;

Faz-se necessário implantar a Política de Educação Ambiental conforme os objetivos, princípios, diretrizes e instrumentos.

Artigo 1º OBJETIVOS:

1. Integrar a educação ambiental na Gestão dos Recursos Hídricos, de forma que esta se torne um componente essencial e permanente dos Planos de Bacia dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal para elevar a eficácia, eficiência e efetividade dos programas e projetos de gestão integrada dos recursos hídricos;
2. Promover a integração entre as Câmaras Técnicas dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal e os demais Comitês com relação à comunicação, troca de informações e ações;
3. Definir critérios para a inclusão e priorização das ações de Educação Ambiental nos Planos de Bacia e para a utilização dos recursos financeiros disponíveis;
4. Estimular e articular parcerias para promover a integração entre os diversos setores da sociedade no âmbito da Educação Ambiental;
5. Promover o aprimoramento dos conhecimentos e das práticas de Educação Ambiental;
6. Produzir e difundir materiais educativos que contribuam para a implementação e o desenvolvimento dos diferentes dimensões de Educação Ambiental;

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Artigo 2º - PRINCÍPIOS:

1. **Compreensão integrada do meio ambiente:** A compreensão da interdependência entre os diferentes aspectos que compõem o meio ambiente tais como: os naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais para uma visão de conjunto da bacia hidrográfica.
2. **Fortalecimento da ação local:** compreende-se a espacialidade local como noção de “lugar” que, culturalmente, possa representar sentidos aglutinadores de identificação simbólica e afetiva para o indivíduo; a terra natal; o lugar de convívio – a fazenda, o bairro, a praça, a rua, uma cachoeira, a escola, etc.
3. **Fortalecimento da ação regional:** tendo como ponto de partida para a construção coletiva e difusão do conhecimento teórico e prático a referência espacial a Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que inclui trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, considerando as inter-relações ambientais em escala local e global;
4. **Construção de uma sociedade sustentável:** adoção de novos padrões de relação entre a sociedade humana e os sistemas naturais, para garantir qualidade de vida atual e para as gerações futuras;
5. **Construção da Cidadania:** Incentivar a participação democrática com a atuação de diversos atores sociais no processo de tomada de decisão, buscando-se um consenso que possa beneficiar o maior número de interessados.
6. **Construção coletiva e contínua do conhecimento:** Garantir o conhecimento e a compreensão das causas reais dos problemas ambientais tendo em vista uma perspectiva histórica.
7. **Ações integradas:** valorização de ações articuladas entre órgãos municipais, estaduais, federais e os diversos setores e segmentos sociais;
8. **Pluralismo de idéias:** Respeitar as várias
9. dimensões do conhecimento, diversidade de referências teóricas e metodológicas na construção de projetos educativos;
10. **Interdisciplinaridade:** Contribuição das diferentes disciplinas científicas e conhecimentos para a compreensão da realidade total na construção do saber ambiental.

Artigo 3º - DIRETRIZES:

1. Integração com a Política Nacional de Recursos Hídricos: conforme a lei 9.433/97 e as legislações dos estados envolvidos.
2. Integração com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) segundo a lei 9795/99.
 1. Promover e incentivar as ações conjuntas entre as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ Estadual Federal; (tirar esse texto dos princípios e manter aqui);
 2. Assegurar a formação continuada dos atores sociais e garantir seu envolvimento com os programas de educação ambiental, especialmente os educadores ambientais;
 3. Considerar a realidade da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí como ponto de partida para a construção coletiva e difusão do conhecimento teórico e prático;
 4. Valorizar a troca de experiências e a difusão do conhecimento construído a partir da realidade local e sob o enfoque da qualidade de vida;
 5. Acompanhar e avaliar as ações do Programa de Educação Ambiental na Bacia Hidrografia PCJ, por meio da Câmara Técnica de Educação Ambiental;
 6. Apoiar a produção e a elaboração de conhecimentos e materiais educativos para os processos de educação ambiental, bem como a divulgação de estudos e pesquisas, relativos a questão sócio-ambiental;

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Artigo 4º - INSTRUMENTOS:

1. O Programa de Educação Ambiental dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal;
2. O Plano de Bacias dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal;
7. Atribuir à Câmara Técnica de Educação Ambiental a elaboração e aplicação dos critérios de hierarquização e classificação dos projetos que busquem a captar recursos FEHIDRO, no que tange à Educação Ambiental;
3. Os procedimentos de acompanhamento e avaliação das ações do Programa de Educação Ambiental na Bacia PCJ a serem executados pela Câmara Técnica de Educação Ambiental;
4. Aplicação de um sistema de comunicação permanente que possibilite a troca de informações e de conhecimentos entre as Câmaras Técnicas dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal;
5. Os bancos de dados que contemplem os projetos de educação ambiental na Bacia Hidrográfica PCJ;
6. Os materiais educativos que contemplem os conhecimentos relativos à questão sócio-ambiental e a Gestão dos Recursos Hídricos;
7. Utilização dos ambientes formal, não formal, informal (midiático) para o desenvolvimento de ações relativas à educação ambiental que deverão estar em conformidade com o Plano de Bacias dos Comitês CBH-PCJ e PCJ Federal e com diretrizes para efetivar a Gestão dos Recursos Hídricos;
8. A Lei Estadual n.º 9.034, de 27/12/94 que assegura recursos financeiros destinados à Educação Ambiental, nos projetos financiados pelo FEHIDRO, por meio dos Programas de Duração Continuada previstos no Anexo IV – artigos 18 e 19;